

ÁGUAS DE CARRAZEDA

RELATÓRIO E CONTAS

2025



Águas
de Carrazeda



Índice

Apresentação.....	2
Identificação.....	2
Estrutura Acionista	3
Órgãos Sociais	3
Organograma Funcional	4
Dados Principais.....	5
Caracterização do Sistema.....	6
Principais Acontecimentos em 2025	6
Atividade Técnica	9
Atividade Comercial	11
Rendimentos Operacionais.....	15
Gastos Operacionais	16
.....	16
Resultado Financeiro.....	17
Demonstração da Posição Financeira.....	17
Perspetivas Futuras	18
Proposta de Aplicação de Resultados.....	19
Considerações Finais.....	20
CONTAS DO EXERCÍCIO 2025 E RESPECTIVO ANEXO	21
NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	27
1. Identificação da entidade	27
2. Bases de Apresentação	28
3. Política de gestão de Risco Financeiro	31
4. Rédito.....	32
5. Fornecimentos e Serviços externos.....	33
6. Custos com pessoal	35
7. Outros Proveitos e Outros Custos	36
8. Proveitos e Custos Financeiros	37
9. Imposto Sobre o Rendimento.....	39
10. Ativos Fixos tangíveis e Ativos Intangíveis.....	43
11. Locações e Ativos sob direitos de uso	45
12. Contas a Receber Correntes e Não Correntes.....	47
13. Caixa e Equivalentes de Caixa	49
14. Capital Próprio	50
15. Provisões, Passivos Contingentes Ativos Contingentes	51
16. Dívida Financeira – Corrente e Não corrente	52
17. Contas a Pagar Correntes e Não Correntes	54
18. Compras e CMVM	55
19. Estado e Outros Entes Públicos	55
20. Compromissos e Garantias	55



ARS 1/18

21.	Partes Relacionadas.....	56
22.	Instrumentos Financeiros	57
23.	Justo Valor de Ativos e Passivos	59
24.	Outras Divulgações	60
	Certificação Legal de Contas	62
	Relatório e Parecer do Fiscal Único	63

Apresentação



A Águas de Carrazeda S.A. foi constituída em 7 de fevereiro de 2001. Em 22 de Maio do mesmo ano a Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães entregou-lhe, pelo prazo de 30 anos, a Concessão e Exploração conjunta dos Serviços Públicos Municipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e recolha, tratamento e rejeição de efluentes no Concelho de Carrazeda de Ansiães. A 22 de Julho de 2001 deu-se início ao Período de Funcionamento da Concessão.

Identificação

Identificação	Águas de Carrazeda, S.A.
Sede Social	Praça do Município, 5140-087 Carrazeda de Ansiães
Pessoa Coletiva	505 347 156
Capital Social	€ 1.000.000,00
Inscrição na C.R.C.	Carrazeda sob o nº.505 347 156



Estrutura Acionista

AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S. A	75,0000%
Socopul – Sociedade de Construções e Obras, S.A. – Em Liquidação	24,9997%
José Leopoldo da Silva Cardoso	0,0001%
João Monteiro	0,0001%
João Manuel da Silva Fonseca	0,0001%

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente Eng.º José Francisco da Silva Fonseca

Secretário Dra. Filipa Pinto Basto

Conselho de Administração

Presidente Eng.º Altino Barbosa da Conceição

Vogais Eng.º Pedro Miguel P.T. Correia Pires

Eng.ª Ana Rita de Brito Pereira Oliveira Santos

Fiscal Único

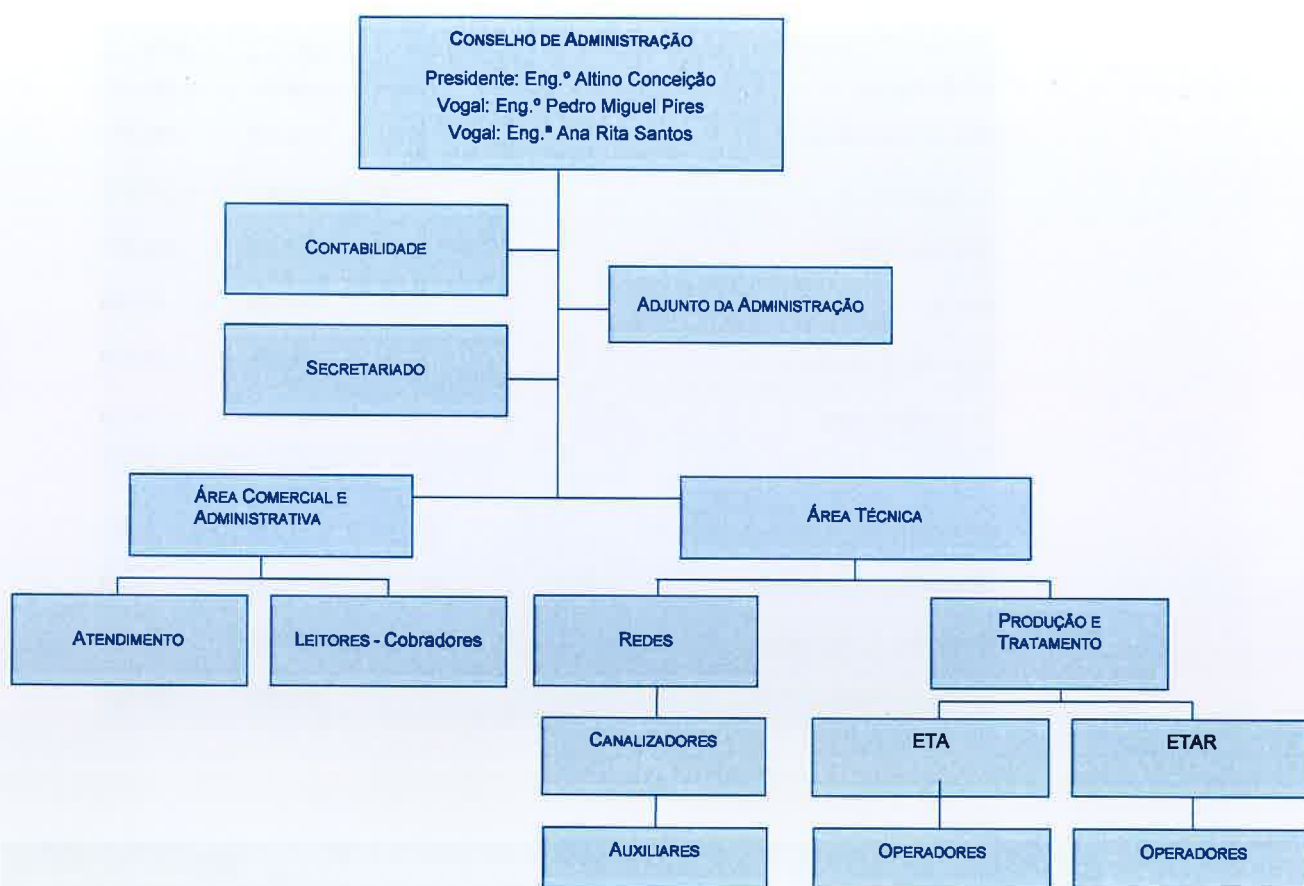
Efetivo Dr.ª Paula Alexandra Monteiro Baptista Alves Sá - ROC 1191

Suplente Dr.º José Fernando Abreu Rebouta – ROC 1023



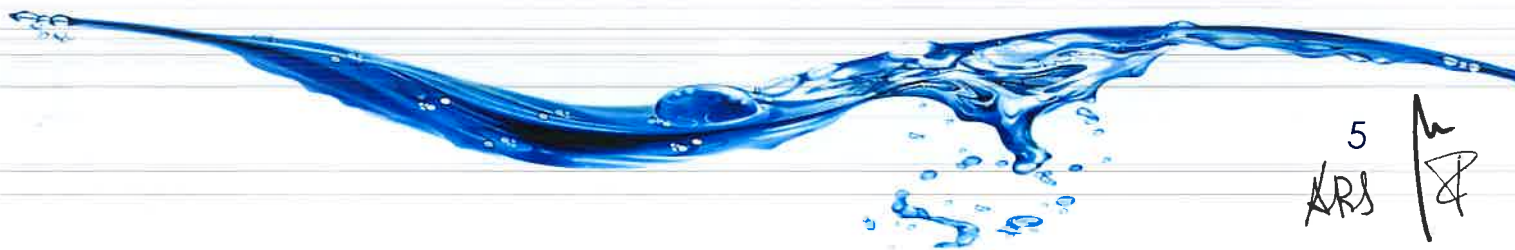
3
ARS

Organograma Funcional



Dados Principais

Económico Financeiros		2025	2024
Activo Líquido	Euros	4.033.895	3.985.100
Passivo Remunerado	Euros	921.140	936.255
Capitais Próprios	Euros	-1.170.420	-1.037.345
Volume de Negócios	Euros	906.394	835.365
EBITDA	Euros	80.759	68.388
Resultado Antes de Impostos	Euros	-129.819	-136.899
Resultado Líquido	Euros	-133.075	-139.123
Comerciais		2025	2024
Nº Clientes – Abastecimento de Água	un.	5.041	5.037
Nº Clientes – Saneamento	un.	4.213	4.213
Volume de Água Aduzida	m ³	493.524	483.724
Volume de Água Faturada	m ³	311.768	303.826



Caracterização do Sistema

O Sistema de Abastecimento de Água ao concelho de Carrazeda de Ansiães tem origem na albufeira de Fontelonga, onde a jusante existe uma estação de tratamento de água com o mesmo nome. A partir da ETA inicia-se o sistema adutor ao concelho que se divide em 4 sectores.

Este sistema integra 39 reservatórios, 1 estação elevatória e 237 km de rede.

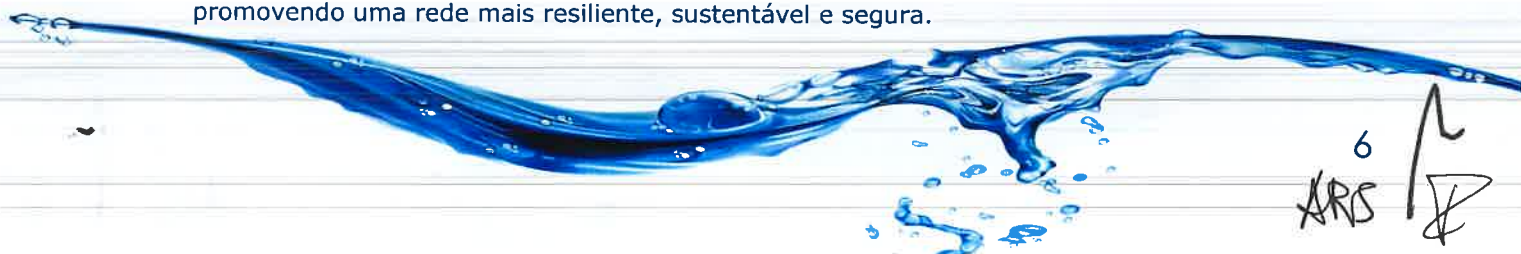
O Sistema de Drenagem de Águas Residuais baseia-se em sistemas únicos, constituídos pela rede de drenagem e órgãos de tratamento maioritariamente constituídos por fossas sépticas (64), com exceção da sede do Concelho servido pela ETAR de Carrazeda. Integram este sistema 4 Estações Elevatórias e 91 km de rede.



Principais Acontecimentos em 2025

À semelhança do que se verificou em anos anteriores, o ano de 2025 fica marcado pela realização de um conjunto alargado de intervenções de beneficiação e de modernização das infraestruturas do sistema de abastecimento de água. Destacam-se, entre outras ações, a substituição de troços de conduta em fim de vida útil, nas localidades de Penafria e Ribalonga, a renovação de válvulas de seccionamento e respetivos acessórios, a requalificação de câmaras de manobra dos reservatórios e a substituição/remodelação de diversos ramais domiciliários de abastecimento de água.

Em 2025, prosseguiu-se a estratégia de otimização da rede adutora e de distribuição de água, no concelho de Carrazeda de Ansiães, com a instalação adicional de válvulas redutoras de pressão e a reformulação de algumas condutas adutoras. Estas intervenções permitiram consolidar novas zonas de medição e controlo, estabilizar os níveis de pressão, reduzir perdas de água e melhorar, significativamente, a eficiência operacional do sistema. Paralelamente, deu-se continuidade ao processo de desativação dos equipamentos obsoletos, como caixas de perda de carga, promovendo uma rede mais resiliente, sustentável e segura.



No domínio do tratamento e controlo da qualidade da água, 2025 caracterizou-se pela otimização do sistema de desinfecção, com a plena integração do equipamento gerador de dióxido de cloro instalado, assegurando uma maior fiabilidade e precisão no processo. O painel de monitorização implementado permite um acompanhamento contínuo e mais rigoroso dos parâmetros de pH e de dióxido de cloro ao longo da linha de produção de água, reforçando os padrões de segurança e de conformidade legal.

Procedeu-se à correção de anomalias em componentes dos sistemas de monitorização e operação da ETA de Fontelonga e iniciou-se a reabilitação e modernização dos filtros existentes.

Foram ainda desenvolvidas, pelo Município de Carrazeda de Ansiães, intervenções complementares, na rede de abastecimento de água, incluindo a remodelação de parte da rede adutora entre Samoninha-Zedes e Linhares-Campelos, contribuindo assim para a possibilidade de uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos e para o reforço da capacidade de resposta às necessidades da população.



Remodelação de conduta – Penafria



Remodelação de conduta – Penafria



Remodelação de conduta – Ribalonga



Remodelação de conduta – Ribalonga





Remodelação de Ramais de Abastecimento



Instalação de válvulas redutoras de pressão



Reabilitação válvula motorizada - ETA



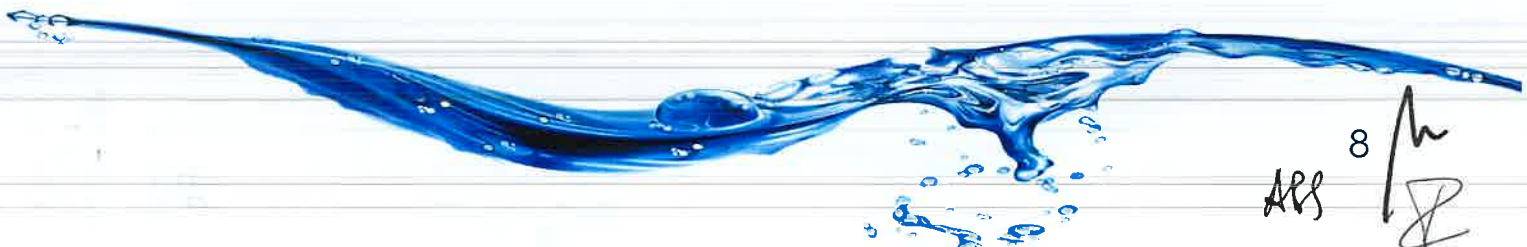
Reabilitação filtros pressurizados - ETA



Remodelação Grupo de Bombagem – Res. Ferreiro



Remodelação Grupo de Bombagem – Res. Ferreiro



Atividade Técnica

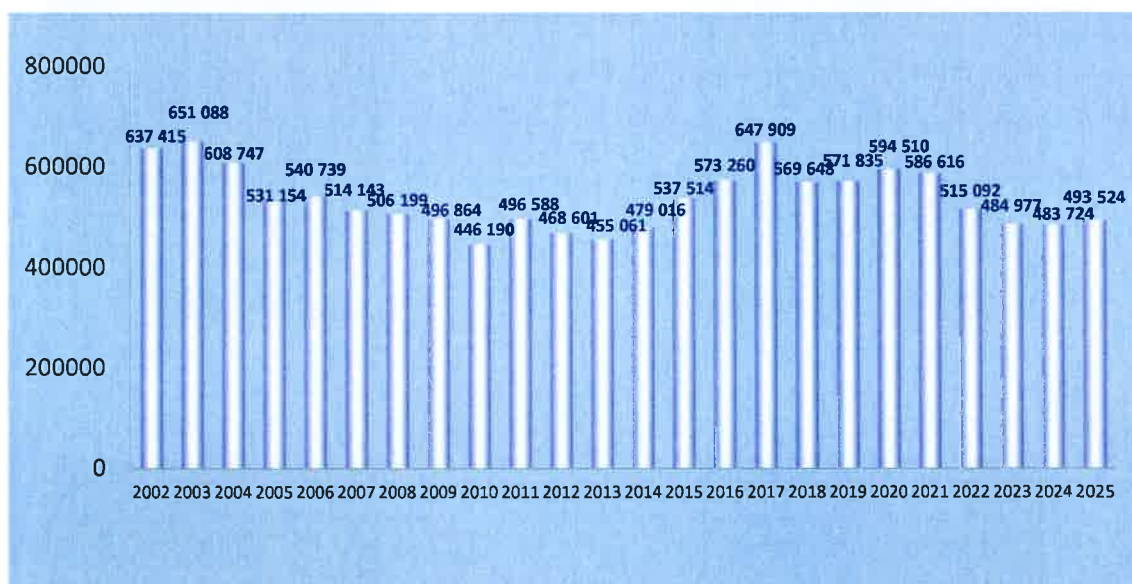


Gráfico n.º 1 - Volume de Água Aduzido ao Sistema (m³)

O volume de água faturada aumentou face ao ano de 2024, cerca de 2,6% e o volume de água captada aumentou cerca de 1,0% comparativamente ao ano de 2024.

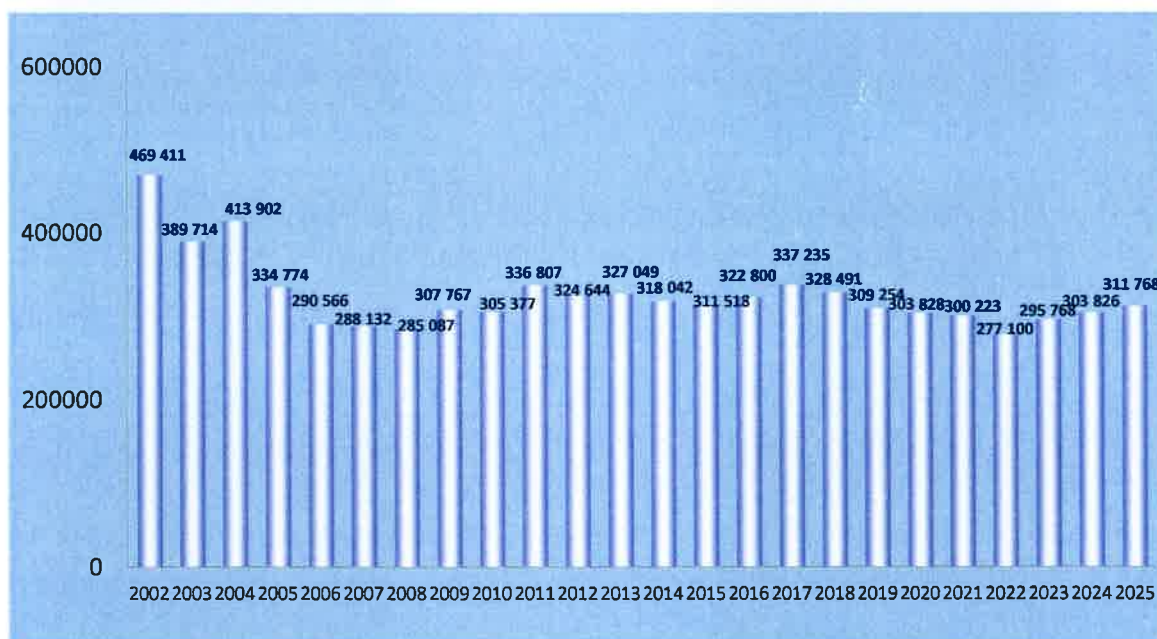


Gráfico n.º 2 - Volume de Água Faturada (m³)



9
ARS

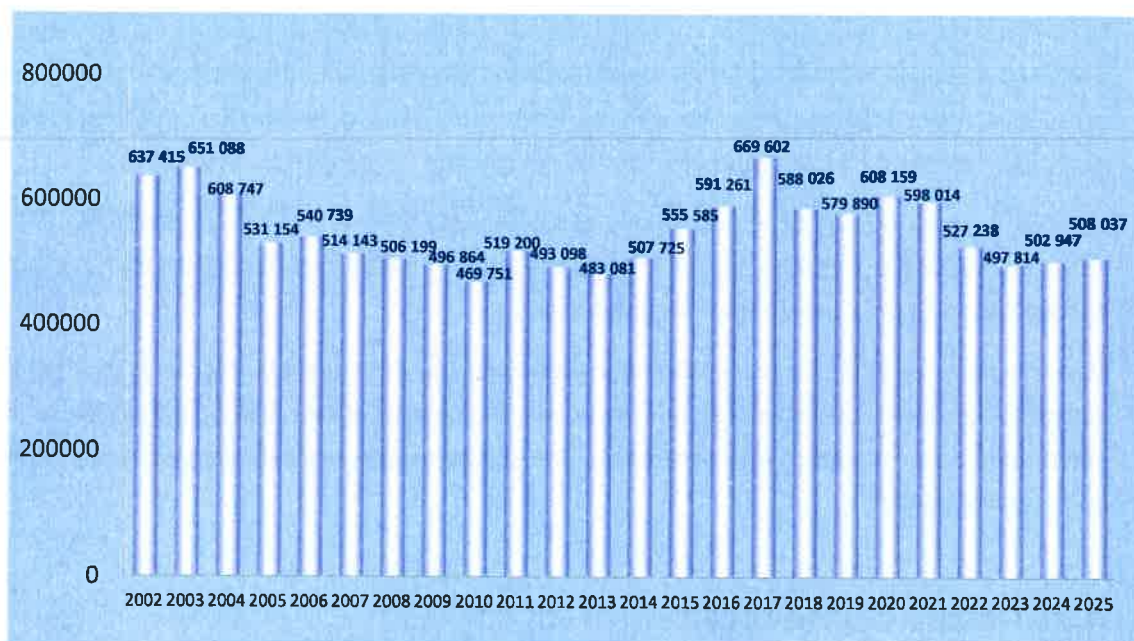


Gráfico n.º 3 - Volume de Água Captada (m³)

Foi elaborado um programa de recolha de amostras, de acordo com o Decreto-Lei Nº 69/2013 de 21 de agosto, com a realização de análises do grupo CR1, CR2 e inspeção. Foram realizadas 1276 análises à qualidade da água, verificando-se que 98,04% dos resultados estavam em conformidade com os requisitos definidos na legislação em vigor.



No sentido da melhoria contínua da qualidade da água para consumo público, a AdC otimizou o processo de desinfecção e controlo dos pequenos sistemas de abastecimento independentes através de colocação de pastilhas de Hipoclorito de Cálcio e realização de acompanhamento através da execução de um plano de controlo e medição de cloro residual na rede.

No que respeita ao saneamento, foram recolhidas 332.477 m³ de águas residuais, das quais 171.127 m³ foram tratadas na ETAR de Carrazeda. Os restantes efluentes foram tratados em outras instalações de tratamento de águas residuais.

Durante o ano de 2025, para cumprimento das condições de higiene e segurança no trabalho, no estrito cumprimento da legislação em vigor, mantiveram-se atualizados os planos de segurança elaborados para intervenções programadas em equipamentos, e a substituição de equipamentos de proteção individual.

Atividade Comercial

Durante o ano de 2025 o número de clientes de água faturados aumentou 0,1%, comparativamente a 2024, o número de utentes de saneamento aumentou no mesmo período 0,4%.

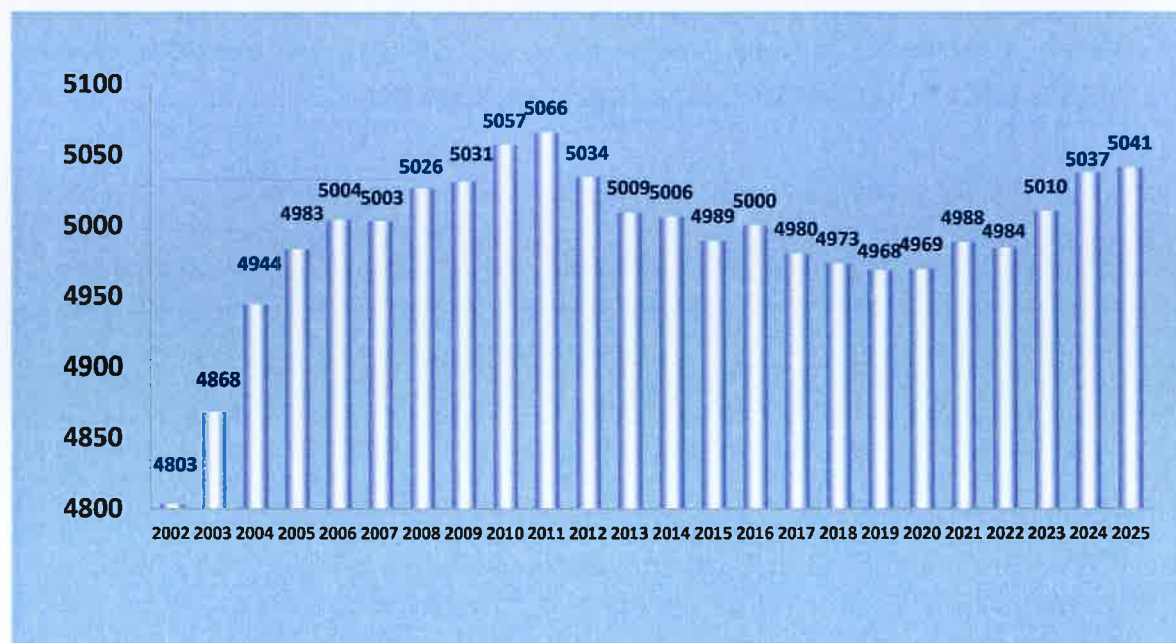
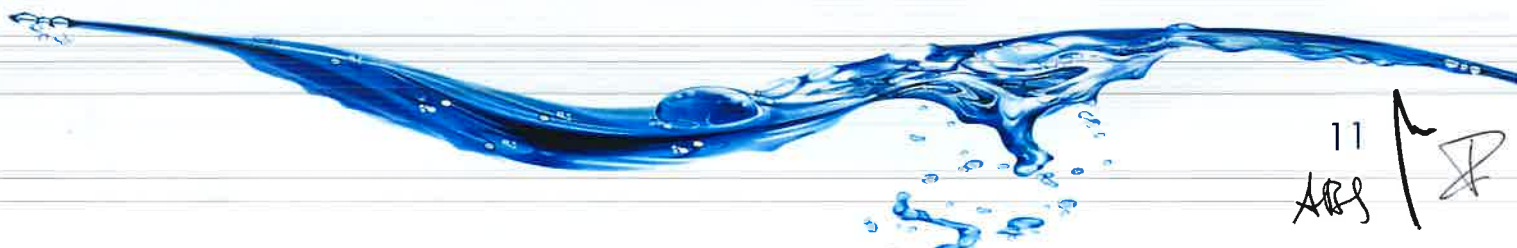


Gráfico n.º 5 – N.º de Clientes Faturados de Água



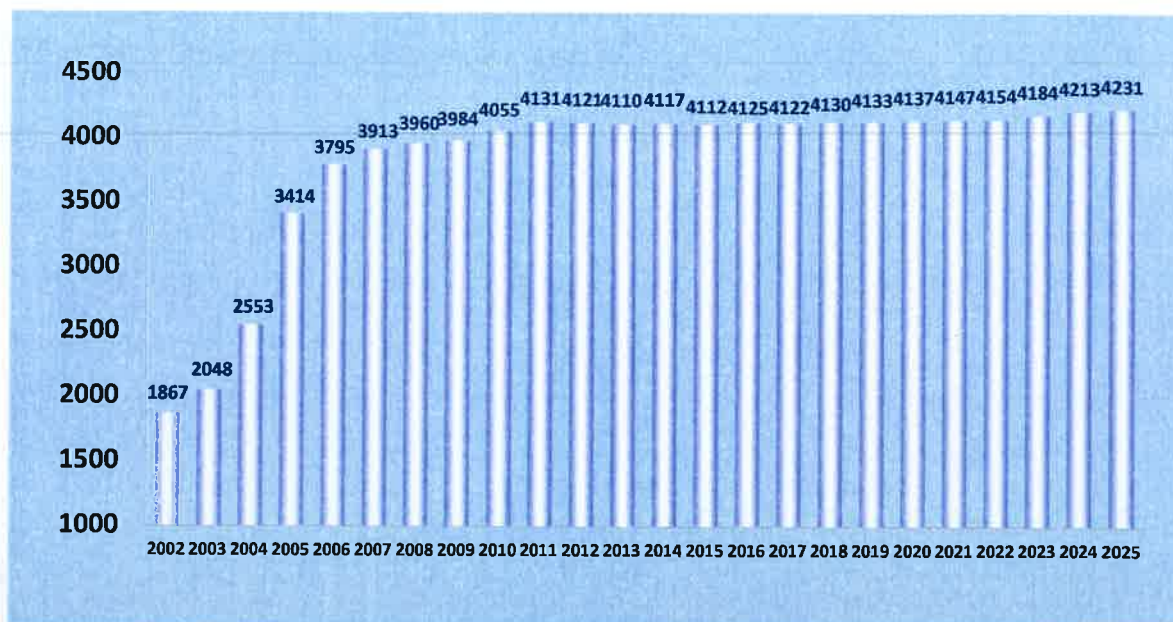


Gráfico n.º 6 – N.º de Utentes Faturados de Saneamento

A taxa de atendimento para o abastecimento de água manteve-se constante face a 2024, sendo de 95%. Para a rede de saneamento, a taxa de atendimento, também se manteve em relação a 2024, encontrando-se no valor de 79%.

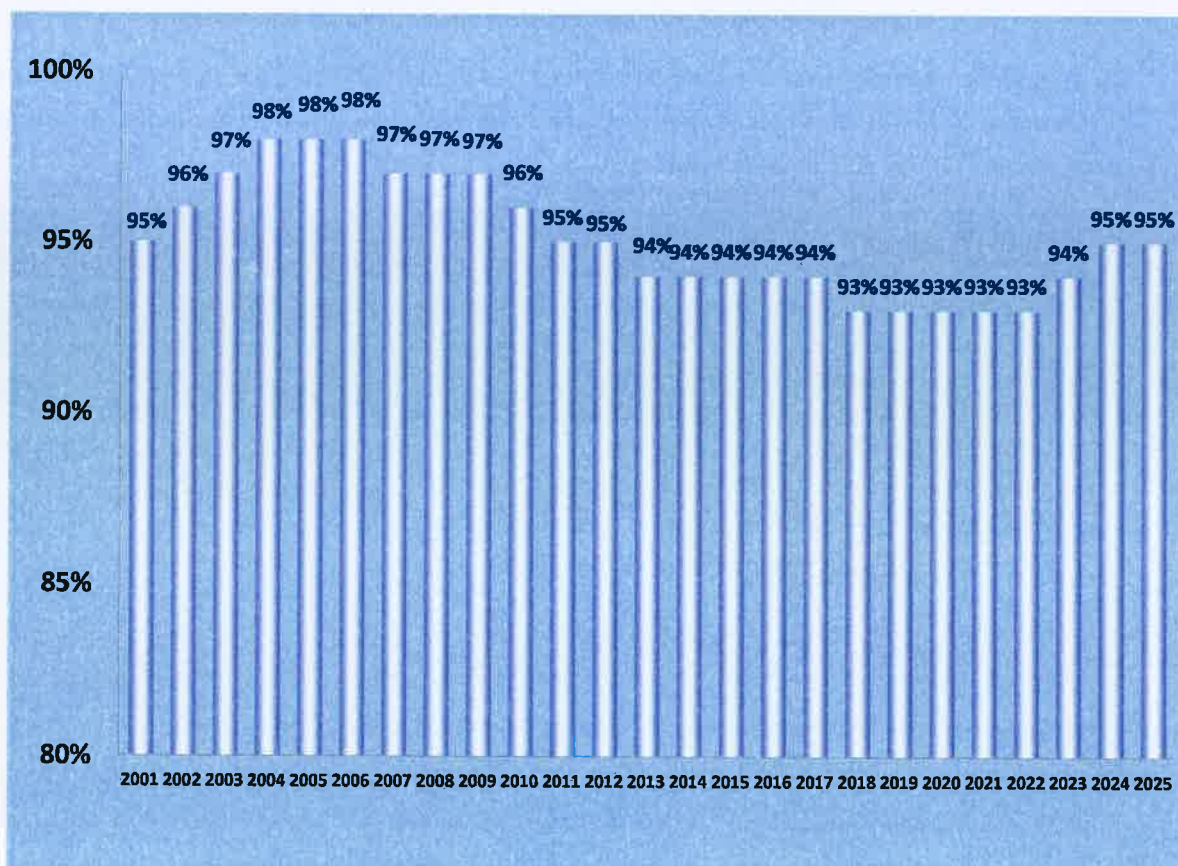


Gráfico n.º 7 – Evolução da Taxa de Atendimento ao Abastecimento de Água



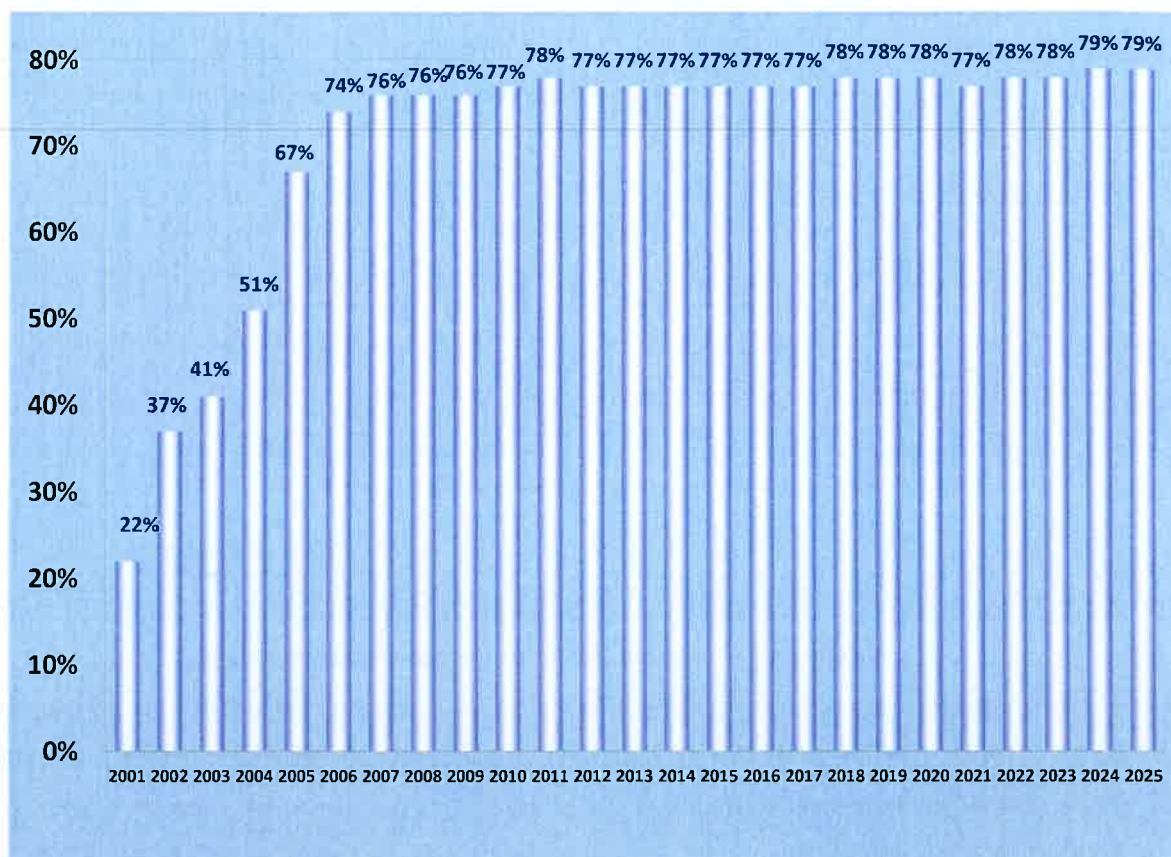


Gráfico n.º 8 – Evolução da Taxa de Atendimento ao Saneamento

Da análise da repartição do consumo de água por tipo de cliente, destacam-se os segmentos doméstico e a venda de água em alta à Câmara Municipal de Vila Flor, os quais em conjunto representam 77,5% do consumo total.

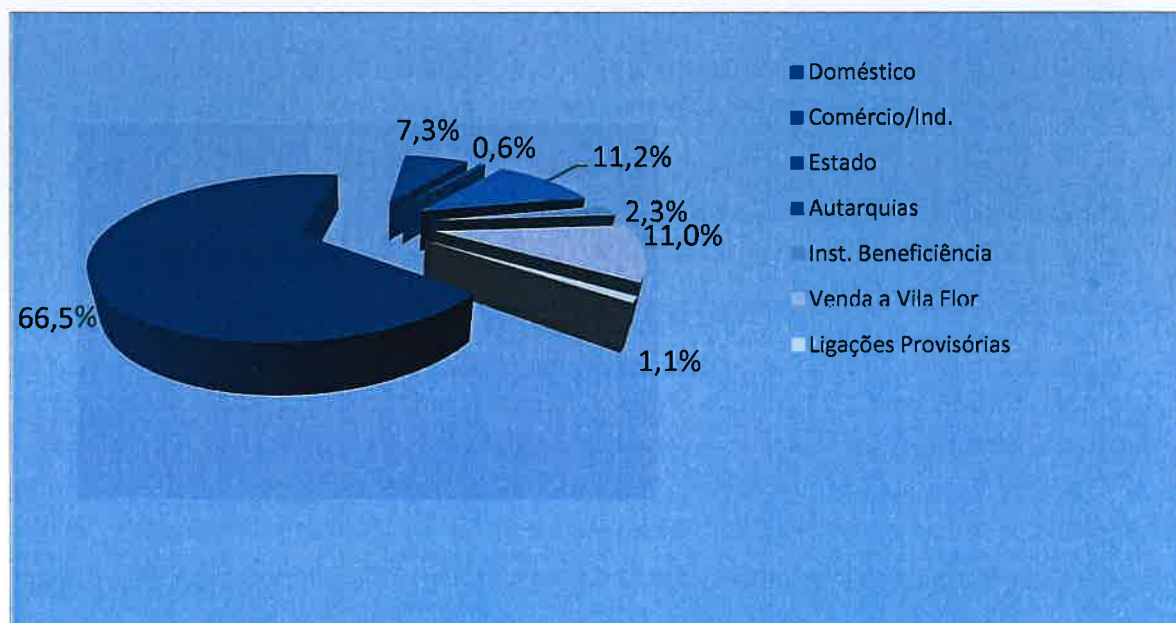


Gráfico n.º 9 – Água Faturada 2025 (% por tipo cliente)



A análise dos meios de cobrança utilizados pelos nossos clientes evidencia a crescente preferência pela transferência bancária. Durante o ano de 2025, relativamente ao ano de 2024, ocorreu um decréscimo da cobrança efetuada pelos leitores cobradores e a cobrança efetuada nos balcões da empresa aumentou para os 21%.

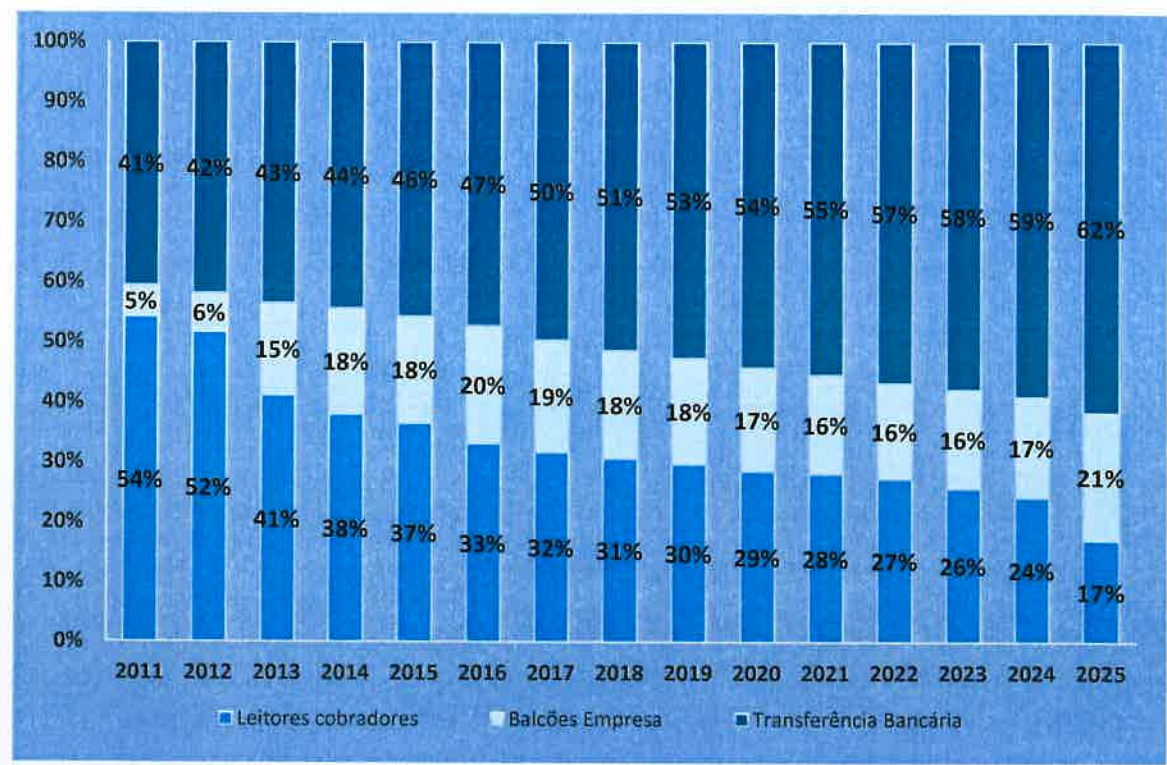


Gráfico n.º 10 – Meios de Cobrança

Situação Económico-Financeira

Os resultados obtidos continuam a ser negativos e a agravar a situação económico-financeira da empresa.



14
ARS

Económico Financeiros		2025	2024	Var % 25/24
Activo Líquido	Euros	4 033 895	3 985 100	1,22%
Capitais Próprios	Euros	-1 170 420	-1 037 345	-12,83%
Capital Social	Euros	1 000 000	1 000 000	0,00%
Passivo Remunerado	Euros	921 140	936 255	-1,61%
Dívida Líquida (1)	%	-369,52%	-926,16%	-60,10%
Estrutura Financeira (2)		-0,79	-0,90	12,80%
Autonomia Financeira (3)	%	-29,01%	-26,03%	-11,46%
Volume de Negócios	Euros	906 394	835 365	8,50%
EBITDA (4)	Euros	80 759	68 388	18,09%
Margem EBITDA	%	8,91%	8,19%	8,84%
EBIT	Euros	-103 790	-99 760	-4,04%
Resultado Líquido	Euros	-133 075	-139 123	4,35%

(1) Dívida Líquida: Passivo Remunerado/ (Passivo Remunerado + Capitais Próprios)

(2) Estrutura Financeira: Passivo Remunerado / Capitais Próprios

(3) Autonomia Financeira: Cap. Próprio/ Act. Líq. Total

(4) EBITDA = Proveitos Operacionais – Custos operacionais (excepto amortizações e provisões do exercício)

É evidente o enorme esforço efetuado pela concessionária no cumprimento das suas obrigações contratuais, num contexto em que persistem vários constrangimentos resultantes do não cumprimento por parte da Concedente (Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães) de algumas das cláusulas do Contrato de Concessão e em que os resultados permanecem negativos.

Apesar dos vários alertas da Concessionária ao Município sobre as implicações negativas que resultam do sucessivo atraso na definição de uma solução para o grave desequilíbrio económico-financeiro da Concessão, este ano, a sociedade volta a não cumprir os requisitos do Art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais. Desta forma, constitui dever do Conselho de Administração, alertar os acionistas para o fato de as Águas de Carrazeda a 31.12.2025 se encontrar com mais de metade do capital social perdido, e, portanto, não cumprindo com art.º 35º CSC.

Rendimentos Operacionais

No ano 2025 os Rendimentos Operacionais ascenderam a 906.827 euros distribuído da seguinte forma:

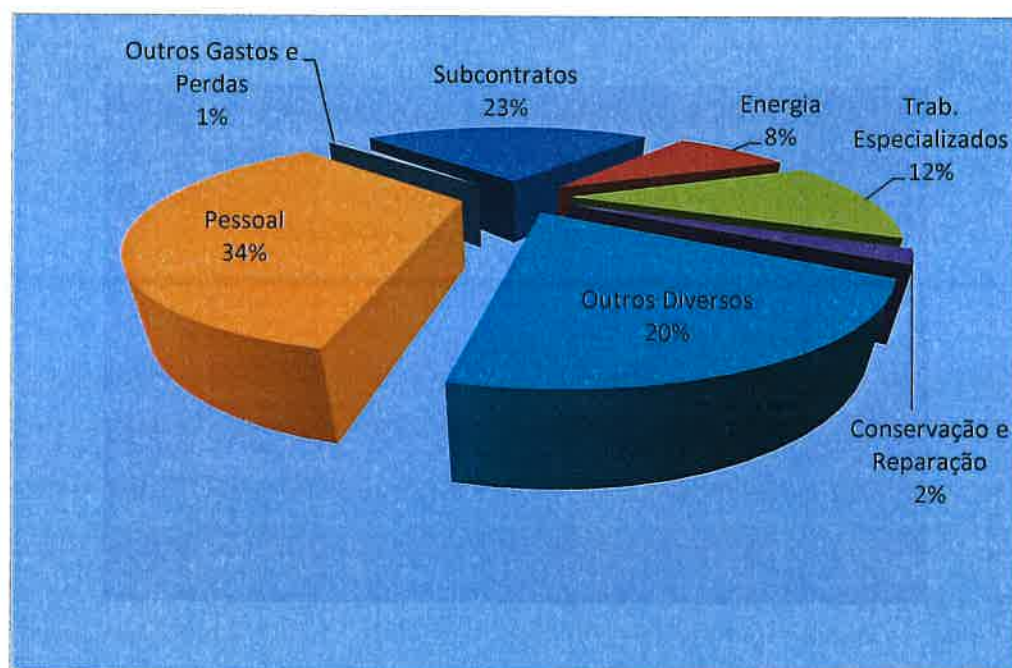


AR 15
[Handwritten signature]

Rendimentos Operacionais	2025	2024	Peso (%)	Var % 25/24
Tarifas de Utilização	425 217	396 632	46,89%	7,21%
Disponibilidade de Água	257 987	245 663	28,45%	5,02%
Conservação de Esgotos	167 230	150 969	18,44%	10,77%
Tarifas Volumétricas	442 773	407 749	48,83%	8,59%
Venda de Água	442 773	407 749	48,83%	8,59%
Outros Serviços	38 404	30 984	4,23%	23,95%
Trabalhos Própria Empresa	0	0	0,00%	n.a
Reversão de Imparidades	387	0	0,04%	n.a
Outros rendimentos	47	949	0,01%	-95,06%
TOTAL	906 827	836 314		8,43%

Gastos Operacionais

Os gastos operacionais ascenderam a 826.069 euros.



Gastos Operacionais	Var 25/24				
	2025	2024	Peso (%)	Abs.	%
Subcontratos	178 003	184 700	21,55%	-6 697	-3,63%
Energia	65 667	56 026	7,95%	9 640	17,21%
Trab. Especializados	98 098	108 323	11,88%	-10 225	-9,44%
Conservação e Reparação	16 527	20 625	2,00%	-4 098	-19,87%
Outros Diversos	156 326	118 794	18,92%	37 532	31,59%
CMVMC	37 353	62 817	4,52%	-25 464	-40,54%
Pessoal	267 187	210 770	32,34%	56 417	26,77%
Reforço imparidade	0	834	0,00%	-834	-100,00%
Outros Gastos e Perdas	6 909	5 036	0,84%	1 873	37,20%
TOTAL	826 069	767 925		58 144	7,57%

Resultado Financeiro

A Águas de Carrazeda registou um resultado financeiro negativo no montante de 26.029 euros relativos à conta caucionada e à remuneração do financiamento acionista.

Demonstração da Posição Financeira

Analisando as principais rubricas da Demonstração da Posição Financeira verificamos que o Ativo Líquido atingiu o montante de 4.033.895 euros, o que corresponde a um aumento de 1,22%

O passivo registou um aumento de 3,62% atingindo o montante de 5.204.315 euros, enquanto o Capital Próprio face a 2024 teve uma redução atingindo no montante de -1.170.420 euros.



	2025	2024	Var % 25/24
Ativo Líquido	4 033 895	3 985 100	1,22%
Imobilizado Líquido	945 257	1 096 342	-13,78%
Dívidas de Terceiros	2 473 190	2 439 967	1,36%
Disponibilidades	572 850	405 761	41,18%
Capital Próprio	-1 170 420	-1 037 345	12,83%
Passivo	5 204 315	5 022 445	3,62%
Passivo Não Corrente	1 184 746	1 173 598	0,95%
Passivo Corrente	4 019 569	3 848 847	4,44%
	2025	2024	Var % 25/24
Financiamento bancário	18 000	54 000	-66,67%
Financiamento Acionista	903 140	882 255	2,37%
Total	921 140	936 255	-1,61%
Disponibilidades	572 850	405 761	41,18%
Dívida Líquida	348 290	530 494	-34,35%

Perspetivas Futuras

Face ao agravamento da sustentabilidade económico-financeira do projeto, que coloca em causa a subsistência da Concessionária e a consequente prestação dos serviços públicos essenciais, urge definir uma solução que sirva ambas as Partes (Concedente e Concessionária).

Não obstante a disponibilidade demonstrada pelo Município em encontrar, em conjunto com a Concessionária, e de forma célere, uma solução para o grave desequilíbrio económico-financeiro em que se encontra a Concessão, certo é que algumas ações que o Município se tinha comprometido em realizar acabaram por não acontecer durante o ano de 2025.

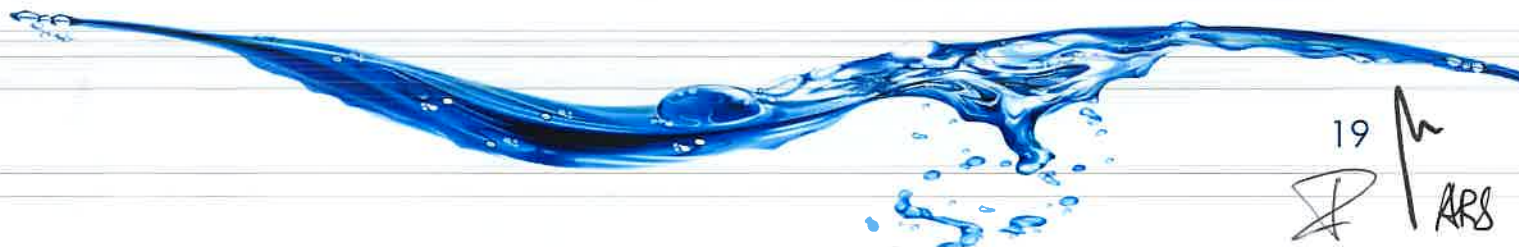
O Município e a Concessionária permanecem, a esta data, a equacionar cenários para a resolução do desequilíbrio económico-financeiro da Concessão.

A empresa, tal como em anos anteriores, envidará todos os esforços no sentido do cumprimento das suas obrigações contratuais, apesar de persistirem vários constrangimentos resultantes do não cumprimento por parte da Concedente (Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães) de algumas das cláusulas do Contrato de Concessão.

Após o termo do exercício perspectiva-se a continuidade da incerteza global quanto à economia e aos mercados financeiros que obrigarão a Concessionária a controlar efeitos negativos que daí possam advir.

Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o Resultado Líquido de 2025, no valor negativo de 133.075,16 Euros (cento e trinta e três mil setenta e cinco euros e dezasseis cêntimo), seja transferido para Resultados transitados.



Considerações Finais

Ao terminar queremos expressar o nosso agradecimento, nomeadamente:

À Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães;

Aos Bancos pelo apoio que nos têm concedido;

Ao Fiscal Único, pelo cuidadoso acompanhamento e útil contributo que nos concedeu no exercício das suas funções;

Aos senhores Acionistas pela confiança em nós depositada;

Aos nossos clientes pela compreensão do trabalho desenvolvido pela empresa, contribuindo desta forma para um serviço público de qualidade no abastecimento de água e saneamento ao concelho de Carrazeda de Ansiães;

Aos colaboradores da empresa pela competência e dedicação evidenciada.

Carrazeda de Ansiães, 2 de Março de 2026

O Conselho de Administração

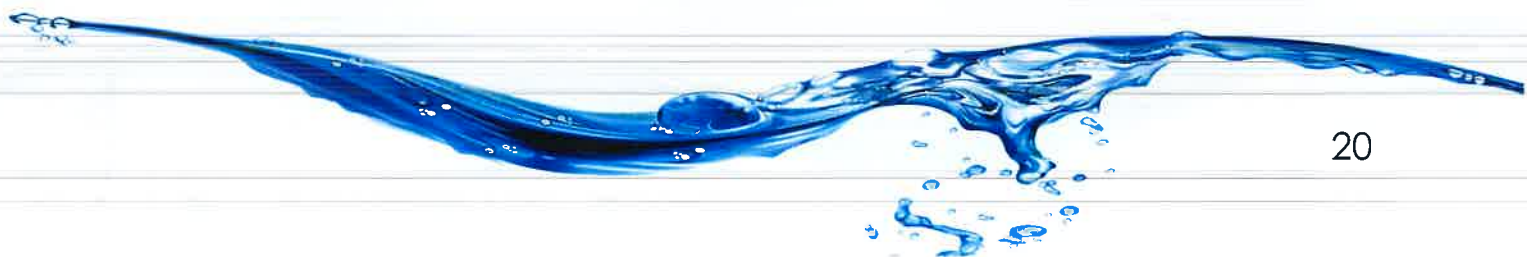

Altino Barbosa Conceição



Ana Rita Santos



Pedro Miguel de Paiva Trancho Correia Pires



CONTAS DO EXERCÍCIO 2025 E RESPETIVO ANEXO

Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2025

RUBRICAS	Notas	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	10.2	107 239	118 900
Ativos intangíveis	10.1	838 011	977 435
Investimentos Financeiros	-	7	7
Ativos por impostos diferidos	9.2	121	317
Total de ativos não Correntes		945 378	1 096 659
Corrente			
Inventários	18	30 851	35 068
Contas a receber de Clientes	12.1	114 722	81 499
Impostos a receber	9.1/19	10 682	6 771
Outros contas a receber	12.2	2 358 468	2 358 468
Diferimentos	-	944	874
Caixa e depósitos bancários	13	572 850	405 761
Total de ativos Correntes		3 088 516	2 888 441
Total do ativo		4 033 895	3 985 100
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	14.1	1 000 000	1 000 000
Outros instrumentos de capital próprio	14.2	6 000	6 000
Reservas legais	14.3	11 648	11 648
Resultados transitados	14.4	-2 054 993	-1 915 871
Resultado líquido do período		-133 075	-139 123
Total do Capital próprio		-1 170 420	-1 037 345
Passivo			
Não corrente			
Dívida Financeira	16	903 140	900 255
Credores e Outros Passivos	17	281 606	273 343
Total do Passivo não Corrente		1 184 746	1 173 598
Corrente			
Dívida Financeira	16	18 000	36 000
Contas a pagar de Fornecedores	17	2 922 272	2 869 757
Impostos a pagar	9.1/19	75 692	56 689
Outras contas a pagar	17	1 003 605	886 401
Total do Passivo Corrente		4 019 569	3 848 847
Total do Passivo		5 204 315	5 022 445
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		4 033 895	3 985 100

Cláudia Alves

Dele Pires

Roberto Corrêa da Silva

Ana Rita Santos

Demonstração de Resultados e do outro Rendimento Integral em 31 de dezembro de 2025

		Euro	
RUBRICAS	NOTAS	31.12.2025	31.12.2024
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	4	906 394	835 365
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	18	-37 353	-62 817
Fornecimentos e serviços externos	5	-514 620	-488 468
Gastos com o pessoal	6	-267 187	-210 770
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.1	387	-834
Outros Proveitos	7.1	47	949
Outros Custos	7.2	-6 909	-5 036
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		80 759	68 388
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	10	-184 548	-168 148
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-103 790	-99 760
Proveitos Financeiros	8	739	738
Custos Financeiros	8	-26 768	-37 877
Resultado antes de impostos		-129 819	-136 899
Impostos sobre Lucros	9	-3 256	-2 224
Resultado líquido do período		-133 075	-139 123

Cláudia ALVES

PEDRO BARROSA 11/12

João Silva

Ana Rita Santos

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025

		Euro	
RUBRICAS	31.12.2025	31.12.2024	
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes	1 051 664	1 044 843	
Pagamentos a fornecedores	-426 040	-599 869	
Pagamentos ao pessoal	-232 180	-195 695	
Caixa gerada pelas operações	393 443	249 279	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0	0	
Outros recebimentos/pagamentos	-185 744	-14 381	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	207 700	234 899	
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos intangíveis	0	0	
	0	0	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	0	0	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-36 000	-39 000	
Juros e gastos similares	-4 610	-6 016	
	-40 610	-45 016	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-40 610	-45 016	
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	167 089	189 883	
Efeito das diferenças de câmbio	0	0	
Caixa e seus equivalentes no início do período	405 761	215 878	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	572 850	405 761	

Cláudia AVES

António Barron da Silva

António Barron da Silva
Ana Rita Santos

Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de dezembro de 2025

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Resultado Líquido do período	Total
	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados		
8	1.000.000	0	6.000	0	11.648	0	-1.915.871	-139.123	-1.037.345
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contábeis									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									
Excedentes de revalorização de ativos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9									
10								-133.075	-133.075
11=9+10	0	0	0	0	0	0	0	-133.075	-133.075
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									
RESULTADO INTEGRAL									
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital									
Realizações de prêmios de emissão									
Distribuições									
Entradas para cobertura de perdas									
Outras operações	0	0	0	0	0	0	0	0	0
12									
APLICAÇÃO DE RESULTADOS									
Constituição da Reserva legal									
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados	0	0	0	0	0	0	-139.123	139.123	0
13							-139.123	139.123	0
14=8-9+10+12+13	1.000.000	0	6.000	0	11.648	0	-2.054.993	-133.075	-1.170.420
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2025									

CLÁUDIO ALVES

Rob. Dias

PERIÚ BOA NOVA DA R

Ana Rita Santos



Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 dezembro 2024

DISCORSÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa em R\$							
	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transfidos	Resultado Líquido do período
8	1.000.000	0	6.000	0	11.648	0	-1.804.591	-111.280
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contábilístico								
Alterações de políticas contábilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de revalorização de ativos intangíveis e intangíveis e respectivas variações								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
9	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
10								
11-9+10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	-139.123
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								
12								
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital								
Realizações de prêmios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
13								
APLICAÇÃO DE RESULTADOS								
Constituição da Reserva legal								
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transfidos								
14-8-9+10+12+13	1.000.000	0,00	6.000	0,00	11.648	0,00	-1.915.871	-139.123
POSEÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024								
								-1.037.345

CLÁUDIA ALVES

Rita Riva

Assunto: Assunto em R

Assunto: Rita Santos



1. Identificação da entidade

1.1 Designação da sociedade

A atividade principal da Águas de Carrazeda, SA é a captação, tratamento e fornecimento de água para consumo e a recolha e tratamento de águas residuais. A água aduzida tem origem na albufeira de Fontelonga. O Sistema de Drenagem de Águas Residuais baseia-se em sistemas únicos, constituídos pela rede de drenagem e órgãos de tratamento maioritariamente constituídos por fossas sépticas, com exceção da sede do Concelho servido pela ETAR de Carrazeda. Pelos serviços prestados, a empresa fatura mensalmente aos seus clientes uma tarifa de disponibilidade assim como tarifas volumétricas de água e saneamento, em função do consumo registado. A empresa presta ainda outros serviços, nomeadamente construção de ramais de ligação, retiradas de contador, vistorias, ampliações de rede.

1.2 Sede:

A empresa tem a sua sede Praça do Município, Carrazeda de Ansiães, Distrito de Bragança, Concelho de Carrazeda de Ansiães, freguesia de Carrazeda de Ansiães.

1.3 Designação das empresas mãe

O capital social da empresa é repartido por dois acionistas de referência:

- AGS Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, SA, com sede em: Quinta da Fonte, Ed. Q54 D. José – Piso 2, 2770-203 Paço de Arcos

- SOCOPUL - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS S.A. - Em liquidação, com sede em: Galerias Carf 2, Praça Luís de Camões, 10, Loja 2 5000-651 Amarante



8

2. Bases de Apresentação

2.1 Referencial Contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

No âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, a Águas de Carrazeda optou por elaborar as suas contas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações - IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standard Interpretations Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto destas normas e interpretações serão designadas genericamente por "IFRS".

As demonstrações financeiras da Águas de Carrazeda, agora apresentadas, refletem os resultados das suas operações e a posição financeira para os anos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis, de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 2.4 Estimativas e julgamentos relevantes, utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.



ARS

2.2 Bases de preparação das demonstrações financeiras:

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 2 de março de 2026 estando, no entanto, ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Águas de Carrazeda, tomando por base o custo histórico.

2.3 Novas Normas IFRS adotadas e a adotar

Normas, alterações e interpretações adotadas em 2025:

Regulamento da EU n.º	Novas normas e alterações endossadas pela União Europeia	Aplicação obrigatória exercícios iniciados em ou após
2023/2822	IAS 1 - Classificação de passivos como não correntes e correntes e Passivos não correntes com covenants	jan/24
2024/1317	IAS 7 e IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores	jan/24
2023/2579	IFRS 16 - Passivos por locação numa venda e relocação	jan/24
2024/2862	IAS 21 - Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	jan/25

Normas, alterações ainda não endossadas pela União Europeia:

Normas e alterações ainda não endossadas pela União Europeia	Aplicação obrigatória exercícios iniciados em ou após
IFRS 9 e IFRS 7 - Alteração à classificação e mensuração de instrumentos financeiros	jan/26
IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos negociados com referência a eletricidade gerada a partir de fontes renováveis	jan/26
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	jan/27
IFRS 19 - Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações	jan/27



2.4 Estimativas e Julgamentos Contabilísticos relevantes

A preparação de demonstrações financeiras exige que sejam efetuadas estimativas e julgamentos que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data da posição financeira da empresa. Para o efeito, o Conselho de Administração baseia-se:

- na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes, e
- nas ações que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

Na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

Estimativas e julgamentos mais significativos:

Estimativas e Julgamentos	Nota
Imposto sobre o rendimento	Impostos diferidos
Imparidade de valores a receber	Contas a receber

2.5 Eventos Subsequentes

O Relatório e Contas foi aprovado pelo Conselho de Administração em 2 de março de 2026 tendo sido na mesma data autorizadas para emissão as respetivas demonstrações financeiras.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

Nos oito dias seguintes à deliberação que mande elaborar novas contas ou reformar as apresentadas, os membros da Administração podem requerer inquérito judicial, em que se decida sobre a reforma das contas apresentadas, a não ser que a reforma deliberada incida sobre juízos para os quais a lei não imponha critérios.



Não foram recebidas informações após a data do balanço que originassem atualizações quer das demonstrações financeiras quer das divulgações.

3. Política de gestão de Risco Financeiro

As atividades das Águas de Carrazeda estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro.

O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

3.1 Risco da taxa de Juro

O risco da taxa de juro da Águas de Carrazeda advém, essencialmente, da contratação de uma conta corrente caucionada e empréstimos acionistas. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a empresa ao risco de fluxos de caixa.

3.2 Risco de Liquidez

A empresa gere o risco de liquidez através da contratação com instituições financeiras de facilidades de crédito disponíveis a todo o momento, por um montante que garanta uma liquidez adequada.

A previsão dos fluxos de caixa é realizada anualmente na preparação do orçamento anual. É elaborada a monitorização das previsões de necessidades de liquidez da empresa de forma a garantir a manutenção de um nível adequado de disponibilidades para responder às necessidades operacionais. Estas previsões têm em consideração o cumprimento de objetivos internos ao nível dos rácios de balanço e, caso seja aplicável, o cumprimento de requisitos externos relacionados com as atividades operacionais e com as obrigações legais, fiscais e operacionais da empresa.



3.3 Risco de Crédito

A Águas de Carrazeda encontra-se sujeito a risco de crédito sobre os saldos a receber dos clientes e a outros devedores, tendo adotado uma política de gestão e monitorização de risco. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias locais pode originar uma deterioração na capacidade dos clientes em saldar os seus compromissos.

4. Rédito

Política Contabilística:

O rédito é mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber no âmbito do contrato celebrado com o cliente.

O modelo de reconhecimento do rédito é baseado em cinco passos de análise, por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante a reconhecer:

- Identificar o contrato com o cliente;
- Identificar as *performance obligations*;
- Determinar o preço da transação;
- Alocar o preço da transação; e,
- Reconhecer o rédito.

O rédito é reconhecido apenas no momento em que a *performance obligation* é satisfeita, o que depende se as "*performance obligations*" são satisfeitas ao longo do tempo ou se pelo contrário o controlo sobre o bem ou serviço é transferido para o cliente num determinado momento.

O rédito da prestação de serviços é apenas reconhecido no momento em que a *performance obligation* é satisfeita, ou seja, no momento da prestação do serviço efetiva ao cliente. As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos concedidos.

O rédito é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando: a quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada e é provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa.



Com referência ao ano findo em 31 de dezembro de 2024 e 2025, o rédito de vendas e serviços prestados detalha-se como segue:

Rendimentos de Água	2025	2024
Vendas de água	442 773	407 749
Tarifa de utilização	257 987	245 663
Tarifa de construção	19 074	16 612
Tarifa colocação contador	0	0
Tarifa de corte e restabelecimento	3 288	1 074
Diversos - água	3 762	5 908
Sub-total	726 884	677 005
Rendimentos de Saneamento	2025	2024
Tarifa de utilização	167 230	150 969
Tarifa de construção	7 207	500
Diversos - saneamento	5 073	6 890
Sub-total	179 510	158 359
Prestações de serviço diversas	2025	2024
Diversos	0	0
	0	0
Vendas e Prestações de Serviços	906 394	835 365

5. Fornecimentos e Serviços externos

Política Contabilística:

Os custos com fornecimentos e serviços externos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento, de acordo com o princípio da especialização. As diferenças entre os montantes pagos e os correspondentes custos são reconhecidos na demonstração da posição financeira.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025, os fornecimentos e serviços externos decompõem-se como se segue:



Handwritten mark in the top right corner.

Fornecimento e Serviços Externos	2025	2024
Subcontratos	178 003	184 700
Vencimento requisitados	178 003	184 700
Trabalhos de construção civil subcontratados	0	0
Trabalhos Especializados	98 098	108 323
Estudos e projetos	0	0
Análises laboratoriais	13 806	23 965
Serviços administrativos	10 091	9 474
Assistência Técnica	49 927	41 768
Assistência Informática	3 333	3 594
Custos de Cobrança	0	0
Entidade reguladora	3 588	2 657
Diversos	17 354	26 866
Publicidade e propaganda	90	405
Material de Segurança	308	444
Honorários	9 025	29 847
Conservação e Reparação	16 527	20 625
Materiais	47 510	16 456
Energia e Fluidos	65 667	56 026
Deslocações Estadas e Transporte	5 561	4 187
Rendas e Alugueres	26 590	16 951
Comunicação	19 860	12 561
Seguros	15 472	12 687
Contencioso e Notariado	699	985
Despesas de Representação	0	0
Limpeza Higiene e Conforto	4 838	4 057
Outros Serviços	26 375	20 214
	514 620	488 468

O Fiscal Único recebeu no corrente exercício, unicamente a título de serviços de revisão legal de contas, o montante de 6.240 euros mais IVA à taxa legal em vigor.



Handwritten signature and initials at the bottom right corner.

8

6. Custos com pessoal

Política Contabilística:

A Empresa reconheceu como um passivo (acréscimo de custo) os benefícios a curto prazo, após dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, a Empresa reconhece esse excesso como um ativo (custo antecipado) na extensão de que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro e como um gasto para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico.

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os custos com pessoal detalham-se como se segue:

Custos com Pessoal	2025	2024
Ordenado Base	131 534	102 933
Subsídio de Férias	14 242	11 784
Férias	11 958	11 528
Subsídio de Natal	12 225	9 261
Subsídio de Almoço	15 974	12 948
Prémio de Produtividade	18 019	16 200
Prémios Ocasioneis	3 454	0
Horas Extraordinárias	214	0
Abono para falhas	2 338	1 194
Outros Subsídios Diversos	334	0
Indmz-p/cad.Contrato	311	0
Benefícios pós-emprego	0	0
Encargos sobre Remunerações	46 087	36 348
Seguro acidentes trabalho	4 580	4 871
Medicina no trabalho	856	876
Outros gastos com pessoal	5 061	2 827
	<u>267 187</u>	<u>210 770</u>

A dezembro 2025 o número de trabalhadores com vínculo direto à Águas de Carrazeda é de 14 trabalhadores.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, relativamente aos membros do Conselho de Administração da Águas de Carrazeda, não remunerados, não existiam: i) quaisquer responsabilidades adicionais afetas a benefícios de longo prazo, ii) benefícios de cessação de emprego, iii) pagamentos com base em ações atribuídas nem iv) quaisquer saldos pendentes.



ARS

7. Outros Proveitos e Outros Custos

Política Contabilística:

Os outros proveitos e outros custos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio da especialização. As diferenças entre os montantes pagos ou recebidos e os correspondentes custos ou proveitos são reconhecidos na demonstração da posição financeira.

7.1 Outros Proveitos

Com referência a 31 de dezembro de 2024 e 2025 os outros proveitos detalham-se como segue:

Outros Proveitos	2025	2024
Outros	47	949
	47	949

7.2 Outros Custos

Com referência a 31 de dezembro de 2025 e 2024 os outros custos detalham-se como segue:

Outros Custos	2025	2024
Impostos	2.702	2.469
Correções relativas exercícios anteriores	1.209	20
Indemnizações diversas	0	1.600
Insuficiência Estimativa Imposto	1.640	0
Outros	1.359	947
	6.909	5.036

8. Proveitos e Custos Financeiros

Política Contabilística:

Os gastos financeiros relacionados com empréstimos são geralmente reconhecidos como custos financeiros, de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

A empresa classifica como "proveitos financeiros", os rendimentos e ganhos que resultam da atividade de gestão de tesouraria tais como os juros obtidos pela aplicação de excedentes de tesouraria.

Encargos Financeiros com Financiamentos

Os encargos financeiros com financiamentos, são reconhecidos como custos à medida que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios. Os encargos financeiros de financiamentos obtidos, diretamente relacionados com a aquisição ou desenvolvimento de ativos fixos tangíveis, intangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo, na medida em que seja provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade e tais custos possam ser fiavelmente mensurados.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos custos com empréstimos obtidos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer ganhos financeiros gerados por financiamentos obtidos antecipadamente e correspondentes a um investimento específico, são deduzidos aos gastos financeiros elegíveis para capitalização.

Encargos Financeiros com Outros Passivos

Considerando o modelo de contabilização previsto na IFRS 16, os resultados financeiros passam a incluir os gastos com juros calculados sobre os passivos das rendas vincendas de contratos financeiros.



Nos anos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os proveitos e custos financeiros detalham-se como segue:

Custos Financeiros	2025	2024
Juros empréstimos bancários	3.382	6.018
Juros Suprimentos	20.885	29.000
Juros locação financeira	1.488	1.488
Outros	1.012	1.370
	<u>26.768</u>	<u>37.877</u>

Proveitos Financeiros	2025	2024
Juros de mora	737	738
Juros Depósitos Bancários	1	0
	<u>739</u>	<u>738</u>

9. Imposto Sobre o Rendimento

9.1 Imposto Sobre o Rendimento

Política Contabilística:

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios.

O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos anos de 2022 a 2025 poderão ainda vir a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, a uma taxa de 20%, não estando sujeita a derrama no concelho. Adicionalmente nas situações previstas no artigo 8.º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, que incidem exclusivamente sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

8

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem sido reconhecidos no período, relativamente a impostos correntes de períodos anteriores.

Com referência ao ano findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o gasto/(rendimento) por impostos correntes e impostos diferidos detalha-se como segue:

Imposto	2025	2024
Imposto Corrente	3.060	2.233
Imposto diferido	196	-9
	<u>3.256</u>	<u>2.224</u>

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de Imposto		Taxa média efetiva de Imposto	
	2025	2024	2025	2024
Resultado líquido do exercício	-133 075	-139 123		
Variações patrimoniais	0	0		
Taxa de imposto sobre rendimento	20,0%	21,0%		
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Impostos diferidos	-26 615	-29 216		
IRC e outros impostos	0	0		
IRC e outros impostos	3 060	2 233		
Gastos não documentados	108	63		
Créditos incobráveis não aceites	0	42		
Correções relativas a exercícios anteriores	1 209	20		
Outros	1 251	936		
	<u>5 628</u>	<u>3 294</u>	-4,2%	-2,5%
Proveitos não tributáveis				
Impostos diferidos	196	9		
Reversão de perdas por imparidade	0	0		
Excesso para estimativa de IRC	0	0		
	<u>196</u>	<u>9</u>	-0,1%	0,0%
Prejuízo fiscal	-127 644	-135 838		
Dedução prejuízos fiscais	0	0		
Matéria Coletável	-127 644	-135 838		
Taxa de imposto sobre rendimento	20,0%	21,0%		
Imposto calculado	0	0	0,0%	0,0%
Tributação autónoma	3 060	2 233	-2,3%	-1,7%
Imposto sobre o rendimento	<u>3 060</u>	<u>2 233</u>	<u>-2,3%</u>	<u>-1,7%</u>



Handwritten signatures and initials at the bottom right corner.

9.2 Impostos diferidos

Política Contabilística:

O imposto sobre o rendimento é apurado tendo em consideração as disposições do IRC (Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas), sendo efetuada a distinção, entre impostos correntes e impostos diferidos, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos apenas são reconhecidos na medida em que se considere provável a sua recuperação no futuro.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

Estimativas e Julgamentos

Os ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais são reconhecidos na extensão em que seja provável que exista lucro tributável estimado para que os prejuízos possam ser utilizados. É requerido um julgamento significativo da Administração na determinação do valor dos ativos por impostos diferidos a serem reconhecidos, com base nos lucros tributáveis futuros esperados em conjunto com a estratégia fiscal futura.



Handwritten mark in the top right corner.

Em termos de Ativos e Passivos por Impostos Diferidos para cada período reconhecidos no Balanço os valores são:

	Balanço		Demonstração	
	2025	2024	2025	2024
Impostos Diferidos Ativos				
Perdas por imparidade	121	317	196	-9
	121	317	196	-9



Handwritten signature and the text 'ARS' at the bottom right corner.



10. Ativos Fixos tangíveis e Ativos Intangíveis

10.1 Ativos intangíveis

Política contabilística

A empresa dispõe, inicialmente de um conjunto de bens imóveis que integram o sistema Abastecimento de Água e de Saneamento, do qual resulta o pagamento de €146.274,90 ao longo do período da concessão, à Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, valor este que é atualizado anualmente pela aplicação do fator de revisão previsto no Contrato de Concessão (atualização anual, com base no IPC, excluindo habitação).

A contabilização dos direitos da Concessionária relativamente às infraestruturas, os serviços de construção e os serviços operacionais, seguem o preconizado na IFRIC 12.

Todos os Ativos intangíveis têm vida finita sendo as mesmas definidas desde a sua disponibilização para exploração até ao final do contrato de Concessão. Neste caso, o prazo máximo de vida útil será 30 anos.

Os ativos são registados ao custo de aquisição ocorridos durante a sua elaboração.

Por se entender que estes bens estão diretamente ligados ao desempenho da empresa as amortizações são calculadas numa base duodecimal pelo método das unidades de produção.

As taxas de amortização aplicadas foram as seguintes:

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Caudal Percebido de Água (m³)	1.965.648	449.411	1.889.714	421.983	334.274	290.544	308.932	185.287	307.767	305.377	336.867	324.644	327.049	318.042	311.518	322.800	337.235	328.491	309.254	309.478	293.465	277.100	265.768	303.926	312.231
Por cento do ano	1,90%	4,36%	3,75%	4,11%	3,53%	3,17%	3,25%	3,32%	3,71%	3,66%	4,35%	4,39%	4,63%	4,77%	4,91%	5,40%	5,98%	6,22%	6,33%	6,87%	7,27%	7,55%	8,84%	12,14%	14,26%

O gasto com amortizações de ativos intangíveis é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.



Com referência a 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de ativos intangíveis detalha-se como segue:

	01.01.2024	Aquisições	Abates	31.12.2024	Aquisições	Abates	31.12.2025
Gasto							
Direito concessão - infraestruturas	3 019 946	44 782		3 064 728			3 064 728
Direito concessão - retribuição concedente	146 275			146 275			146 275
	3 166 221	44 782	0	3 211 003	0	0	3 211 003
Amortizações / Imparidade							
Direito concessão - infraestruturas	2 001 411	126 960		2 128 371	133 734		2 262 105
Direito concessão - retribuição concedente	100 485	4 712		105 197	5 690		110 887
	2 101 896	131 672	0	2 233 568	139 424	0	2 372 992
	1 064 325	-86 890	0	977 435	-139 424	0	838 011

10.2 Ativos Fixos Tangíveis

Política Contabilística

Os ativos fixos são registados ao custo de aquisição e subsequentemente mensurados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade. Os ativos fixos tangíveis referem-se essencialmente a bens utilizados nas prestações de serviços ou no uso administrativo.

Nas depreciações e imparidades é utilizado o método das quotas constantes, a partir do momento em que o bem se encontra disponível para uso, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista depreciar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

Designação	Anos
Edifícios e outras Construções	10-20
Equipamento Básico	3-8
Equipamento Transporte	4-8
Equipamento Administrativo	8-10
Outros Ativos Fixos Tangíveis	3-8

Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade.

O valor residual e as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis são revistos no final de cada ano e ajustadas prospectivamente.



ADS



No que respeita a custos subsequentes, os dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações, quando aplicável, deduzido dos custos de transação e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos operacionais ou gastos e perdas operacionais.

Os encargos financeiros de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda um ano) de ativos fixos são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, são analisados como segue:

	01.01.2024	Aquisições	Abates	31.12.2024	Aquisições	Abates	31.12.2025
<u>Gasto</u>							
Edifícios e outras Construções	114 166			114 166			114 166
Equipamento Básico	258 917			258 917			258 917
Equipamento Transporte	66 187	25 398	-51 362	40 223	33 464		73 687
Equipamento Administrativo	45 860			45 860			45 860
Outros Ativos Fixos Tangíveis	22 445			22 445			22 445
Em curso	0			0			0
	507 575	25 398	-51 362	481 611	33 464	0	515 074
<u>Amortizações / Imparidade</u>							
Edifícios e outras Construções	47 343	8 815		56 158	8 080		64 238
Equipamento Básico	199 351	8 459		207 810	7 939		215 749
Equipamento Transporte	61 810	19 202	-50 574	30 439	29 104,98		59 544
Equipamento Administrativo	45 860			45 860			45 860
Outros Ativos Fixos Tangíveis	22 445			22 445			22 445
	376 808	36 477	-50 574	362 711	45 124	0	407 836
	130 767	-11 079	-788	118 899	-11 661	0	107 239

11. Locações e Ativos sob direitos de uso

Política contabilística

Na data de início de um arrendamento, será reconhecido um passivo pelos pagamentos futuros e um ativo que representará o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo de locação.

Os ativos são reconhecidos na rubrica de Direitos de uso e são classificados de acordo com a natureza do ativo subjacente. Os ativos são registados no momento inicial pelo valor de custo amortizado do contrato e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada.



Estes ativos são amortizados linearmente de acordo com a vida útil do contrato, exceto quando a vida útil do ativo é menor que a do contrato e neste caso, o período de amortização coincidirá com a vida útil do bem.

Os passivos são reconhecidos na rubrica Passivos de locações e correspondem às remunerações fixas contratualizada e aos gastos iniciais e remuneração variável com elevada probabilidade de ocorrência (custos diretos associados ao início do funcionamento ou multas, entre outros), excluindo desse cálculo as rendas variáveis contingentes. Esse passivo é mensurado pelo custo amortizado, utilizando a taxa de juro implícita do contrato ou, no caso de não poder ser facilmente determinado, a taxa de juro incremental da Empresa (detentora do contrato de locação).

O passivo é atualizado de acordo com o método do juro efetivo e diminui pelos pagamentos efetuados. O passivo será reavaliado, geralmente como um ajuste no ativo de direito de uso, desde que haja modificações pós-contrato, como nos seguintes casos: mudanças nos termos do contrato, alterações nos pagamentos futuros do contrato devido à atualização dos índices indicado no contrato, modificações de parcelas futuras, etc. No caso de modificações que alterem o prazo do arrendamento ou modificações substanciais no âmbito da locação, o passivo do contrato será reavaliado levando em consideração a taxa de desconto atualizada.

Existem duas exceções no reconhecimento de ativos e passivos de locações, os quais são registados como gasto na rubrica de fornecimentos e serviços externos:

- Locações de baixo valor: refere-se aos arrendamentos insignificantes, ou seja, àqueles contratos cujo ativo subjacente é atribuído a um valor como novo de pouca relevância. O Grupo e a Empresa estabeleceram o valor de 5.000 euros.
- Locações de curto prazo: contratos com prazo estimado de locação inferior a 12 meses.

Na aplicação da IFRS 16, a Empresa adotou a abordagem de transição simplificada prevista nos parágrafos C3 (b), C7 e C8 da IFRS 16, que se traduz na aplicação a 1 de janeiro de 2019, sem a reexpressão dos valores comparativos. Os valores reconhecidos relativos a ativos sob direito de uso respeitam a locações de edifícios e viaturas. A Empresa regista os ativos sob direito de uso na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis.

O detalhe dos ativos sob direito de uso encontram-se detalhados na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis (nota 10.2).



Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe dos passivos de locação encontram-se detalhados na rubrica de credores e outros passivos.

12. Contas a Receber Correntes e Não Correntes

Política Contabilística

Os saldos a receber resultam das atividades principais da Empresa e o modelo de negócio seguido é “deter para cobrar”.

A mensuração inicial é o justo valor, sendo subsequentemente mensurado ao custo amortizado deduzido das perdas por imparidade.

Estimativa e Julgamentos

São reconhecidas perdas por imparidade de acordo com o modelo das perdas esperadas (“ECL”) para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao valor justo através de resultado. As ECLs são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma aproximação das taxas de juros efetivas originais.

Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam parte integrante dos termos contratuais.

As ECLs são reconhecidas em duas etapas: i) para exposições de crédito para as quais não houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as ECLs são fornecidas para perdas de crédito resultantes de eventos de incumprimento que são possíveis nos próximos 12 meses (uma ECL de 12 meses); ii) para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, uma imparidade para perdas é necessária para perdas de crédito esperadas até à maturidade, independentemente do momento do incumprimento (ECL até à maturidade).

As perdas por imparidade dos saldos de clientes e outros valores a receber correntes são registadas com base no modelo simplificado previsto na IFRS 9 registando as perdas esperadas até à maturidade, em cada data de relato. Foi estabelecida uma matriz de imparidade baseada na experiência histórica de perda de crédito, ajustada por fatores prospetivos específicos para os devedores e o ambiente económico.





12.1 Contas a receber de Clientes

A rubrica de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é analisada conforme segue:

Clientes	2025	2024
Clientes gerais	93 546	1 489
Cliente estado	21 176	11 702
Clientes não faturados	0	68 308
Clientes em imparidade	20 954	21 341
Clientes imparidade acumuladas	-20 954	-21 341
	<u>114 722</u>	<u>81 499</u>

O saldo de clientes por antiguidade apresenta-se da seguinte forma:

ANO	Montante Total	Montante Não vencido	30<X<60	60<X<90	90<X<120	120<X<180	180<X<360	X>360
2025	135.676	102.648	9.603	1.576	895	203	139	20.612
2024	102.841	69.831	8.386	2.046	1.237	785	831	19.726

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Imparidade
Saldo em 01.01.2024	20 507
Reforço do ano	834
Utilizações	0
Reversões	0
Saldo em 31.12.2024	<u>21 341</u>
Reforço do ano	0
Utilizações	0
Reversões	-387
Saldo em 31.12.2025	<u>20 954</u>

12.2 Devedores e Outros Ativos

A rubrica de devedores e outros ativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é analisada conforme segue:

Outros devedores	2025	2024
Município Carrazeda de Ansiães		
Subsídios à exploração	2 353 735	2 353 735
Devedores - FCT	2 172	2 172
Outros devedores	2 560	2 560
	<u>2 358 468</u>	<u>2 358 468</u>



13. Caixa e Equivalentes de Caixa

Política Contabilística

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada pelo método direto e a rubrica de "Caixa e seus equivalentes" engloba os montantes de caixa, depósitos à ordem e a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de 3 meses e para os quais o risco de alteração é insignificante.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais; (2) atividades de financiamento; e (3) atividades de investimento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024, detalha-se conforme segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa	1 750	1 750
Depósitos à ordem	<u>571 100</u>	<u>404 011</u>
	<u>572 850</u>	<u>405 761</u>



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

Q

14. Capital Próprio

14.1 Capital Social

O capital social ascende a 1.000.000 Euros e encontra-se totalmente realizado à data das demonstrações financeiras, sendo constituído por 1.000.000 de ações nominativas.

14.2 Prestações Suplementares

Esta rubrica inclui as prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares.

De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (artº 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 32 do CSC).

14.3 Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

14.4 Resultados Transitados

Esta rubrica reflete os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).



h
D

15. Provisões, Passivos Contingentes Ativos Contingentes

Política Contabilística

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência será somente confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um ex-fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos futuros seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos e não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgados no anexo se considerar que são prováveis.



16. Dívida Financeira – Corrente e Não corrente

Política Contabilística

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Empresa incluem contas a pagar e outras contas a pagar, empréstimos.

Após o reconhecimento inicial, os financiamentos obtidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método taxa de juro efetivo. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prémio sobre aquisição e taxas ou custos que são parte integrante da taxa de juro efetiva. A amortização da taxa de juro efetiva é incluída como despesas financeiras na demonstração do resultado.

Esta categoria geralmente aplica-se a empréstimos e empréstimos com juros.

O passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação sob o passivo é retirada ou cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, como troca ou a modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de uma nova responsabilidade. A diferença nos respetivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Dívida Financeira

A dívida financeira é inicialmente mensurada ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Na mensuração subsequente, a dívida financeira é reconhecida ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. A diferença entre o valor de reembolso e o valor da mensuração inicial é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período da dívida em "Juros suportados com empréstimos bancários" na nota 8 Resultados financeiros.

Com referência a 31 de dezembro de 2025 e 2024, a dívida financeira é apresentada como segue:





Divida Financeira			
Não corrente			
	2025	2024	
Suprimentos	868 341	852 678	
Suprimentos - juros a pagar	34 799	29 578	
Empréstimos bancários	0	18 000	
Empréstimos bancários - juros a pagar	0	0	
	903 140	900 256	
Corrente			
	2025	2024	
Suprimentos	0	0	
Suprimentos - juros a pagar	0	0	
Empréstimos bancários	18 000	36 000	
Empréstimos bancários - juros a pagar	0	0	
	18 000	36 000	

As condições dos financiamentos obtidos são as seguintes:

Financiamento Obtidos	2025	2024
Suprimentos	868 341	852 678
Condições	Euribor 6m+1,5%	Euribor 6m+1,5%
Juros decorridos acumulado	34 799	29 578
	903 140	882 255
Empréstimo Bancário	18 000	54 000
Condições	Euribor 3m+3,5%	Euribor 3m+3,5%
Juros decorridos em dívida	3 382	6 018
	921 140	936 255



8

17. Contas a Pagar Correntes e Não Correntes

Política Contabilística

Os saldos de credores e outras contas a pagar são inicialmente mensuradas ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos. Na mensuração subsequente estes passivos são reconhecidos ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Com referência a 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos de contas a pagar detalham-se como segue:

Contas a pagar de Fornecedores	2025	2024
Passivo		
Fornecedores gerais	1 869 318	1 860 469
Fornecedores trabalhos efectuados e não facturados	139 925	117 336
Fornecedores empresa mãe	767 970	730 835
Fornecedores empresa mãe fora do grupo	134 804	134 804
Fornecedores outras partes relacionadas	0	0
Fornecedores em recepção e conferência	10 254	26 313
	2 922 272	2 869 757
Outras contas a pagar		
Não corrente	2025	2024
Retribuição à concedente	204 509	203 497
Passivo de Locação	77 097	69 846
	281 606	273 343
Corrente	2025	2024
Fornecedores de investimento	21 842	21 842
Remunerações a pagar	0	0
Credores diversos	981 763	864 559
	1 003 605	886 401



ARS
54
h

18. Compras e CMVM

Política Contabilística

O inventário, na forma de materiais e bens de consumo a serem consumidos no processo de captação de água ou na prestação de serviços, está mensurado ao custo de aquisição (preço de compra). Em termos de fórmula de custeio o critério praticado é o Custo Médio Ponderado.

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Inventários	Mercadorias	Materiais Diversos	Total
Existências em 01-01-2025	1 880	33 188	35 068
Compras	3 571	29 564	33 136
Regularização Existências			
Existências em 31-12-2025	3 158	27 693	30 851
CMVMC	2 294	35 059	37 353
Existências em 01-01-2024	2 259	38 291	40 549
Compras	4 926	52 410	57 336
Regularização Existências			
Existências em 31-12-2024	1 880	33 188	35 068
CMVMC	5 304	57 512	62 817

19. Estado e Outros Entes Públicos

O valor desta conta tem a seguinte desagregação:

Estado e Outros entes Públicos	2025	2024
Saldos a Receber		
Imposto sobre Valor Acrescentado	10 682	6 771
	10 682	6 771
Saldos a Pagar		
Impostos sobre Rendimento Coletivo	3 060	2 233
Imposto sobre Valor Acrescentado	0	87
Retenção Imposto s/ Rendimento	1 998	1 698
Segurança Social	6 560	4 057
Outras tributações	64 074	48 615
	75 692	56 689

20. Compromissos e Garantias

Garantias Prestadas

A garantia prestada pela Águas de Carrazeda, S.A., no âmbito da sua atividade, é a seguinte:

Entidade	N.º	2025	2024
Concedente			
Câmara Municipal Carrazeda de Ansiães	11248099000	324 219	324 219
		324 219	324 219





Compromissos

As restantes garantias e compromissos de carácter financeiro e operacional prestadas pela Empresa têm subjacentes responsabilidades que já se encontram refletidas na demonstração da posição financeira e divulgadas nas notas explicativas.

21. Partes Relacionadas

21.1 Relacionamentos com empresas-mãe

Nome da empresa-mãe imediata

AGS – Administração Gestão de Sistemas de Salubridade, SA

Nome da empresa-mãe controladora final

Marubeni Corporation

Nome da empresa-mãe intermédia superior seguinte que produz demonstrações financeiras disponíveis para uso público

AGS MCKUK Holdings

21.2 Transações entre partes relacionadas:

Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Partes Relacionadas	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que presta/ Transacções que faz	Serviços que recebe/ Transacções que recebe
AGS	Cedência de Know How Assistência Técnica Serviços Administrativos	Dividendos Juros suprimientos
Socopul	Assistência Técnica	Dividendos Juros suprimientos





Transações e saldos pendentes:

Descrição	AGS		Socopul		LRTM	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Vendas e ou Prestação de Serviços	0	0	0	0	0	0
Prestação de Serviços Intragrupo	0	0	0	0	0	0
Proveitos Financeiros	0	0	0	0	0	0
Compras e Aquisições de Serviços	42 952	64 549	11 330	10 442	0	11 488
Aquisição de Serviços Intragrupo	0	0	0	0	0	0
Acordo de Partilha de Custos	0	0	0	0	0	0
Custos Financeiros	15 664	21 750	5 221	7 250	0	0
Contas a Pagar	807 864	764 193	248 304	236 974	0	0

22. Instrumentos Financeiros

Nos termos da IFRS 9 os ativos financeiros são classificados e mensurados tendo por base o modelo de negócio que determina a sua detenção e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos em causa.

Ativos Financeiros

As aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidas no balanço na data da assinatura do respetivo contrato independentemente do momento da sua liquidação financeira. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se (i) o objetivo inerente ao modelo de negócio é alcançado através da recolha dos respetivos fluxos de caixa contratuais; e (ii) os fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas o pagamento de capital e juros. Os ativos enquadráveis nesta categoria são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor e subsequentemente mensurados ao seu custo amortizado. Ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento são reconhecidos diretamente na demonstração dos resultados em Outros rendimentos/gastos. Perdas por imparidade são apresentadas numa linha autónoma da demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros que não reúnam as características para enquadramento na situação acima referida são classificados e mensurados ao justo valor através de resultados.



Imparidade

O modelo de reconhecimento de imparidades previsto na IFRS 9 inclui o conceito de “perdas esperadas”. Este modelo é aplicável aos instrumentos financeiros detidos cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por outro rendimento integral (o que inclui empréstimos, depósitos bancários, contas a receber e títulos de dívida).

Uma vez verificado o evento de perda nos termos da IFRS 9, a imparidade acumulada é diretamente imputada ao ativo financeiro em causa, ou seja, o valor contabilístico do ativo é reduzido e o montante de perdas reconhecido na demonstração dos resultados. Se, num período subsequente, o montante de imparidade diminuir, o montante de perdas por imparidade previamente reconhecido é revertido igualmente na demonstração de resultados se a diminuição dessa imparidade estiver objetivamente relacionada com o evento ocorrido após o reconhecimento inicial.

Passivo Financeiro

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor deduzidos dos custos de transação ocorridos, sendo subsequentemente valorizados ao custo amortizado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Desreconhecimento de Ativos e Passivos Financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.



23. Justo Valor de Ativos e Passivos

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado, sempre que disponível, em cotações de mercado. Caso estas não existam, o justo valor é determinado através de cotações fornecidas por entidades externas ou com recurso a modelos de valorização geralmente aceites, os quais têm por base técnicas de desconto de fluxos de caixa futuros e modelos de avaliação de opções. Estes modelos recorrem a dados de mercado com impacto sobre os instrumentos financeiros, nomeadamente curvas de rendimento, taxas de câmbio e indicadores de volatilidade, incluindo de risco de crédito.

Os dados de mercado são disponibilizados em bolsas de valores (cotações de títulos) e/ou de plataformas de informação financeira como a Bloomberg e a Reuters.

De acordo com os requisitos da IFRS 13, A Águas de Carrazeda enquadrou a forma como é obtido o justo valor dos seus ativos e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor. Os níveis apresentados são os seguintes:

- Nível 1 - Justo valor calculado com base na cotação (não ajustada) disponível em mercados líquidos para os ativos e passivos identificados;
- Nível 2 - Justo valor calculado com base em "inputs" de mercado não incluídos no nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para o ativo ou passivo, quer direta quer indiretamente;
- Nível 3 - Justo valor dos ativos e passivos calculado com base em "inputs" que não são baseados em informação observável em mercado.

Com referência a 31 de dezembro de 2025 não foram identificadas diferenças relevantes ou significativas entre o valor contabilístico dos ativos e passivos financeiros e o seu justo valor.



8

24. Outras Divulgações

De acordo com estabelecido pela SIC 29 divulgam-se os seguintes elementos:

A Empresa Águas de Carrazeda S. A. foi constituída em 7 de fevereiro de 2001 e tem a sua sede na Praça do Município, Carrazeda de Ansiães, Distrito de Bragança, Concelho de Carrazeda de Ansiães, freguesia de Carrazeda de Ansiães. Em 22 de Maio do mesmo ano a Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães entregou-lhe, pelo prazo de 30 anos, a Concessão e Exploração conjunta dos Serviços Públicos Municipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e recolha, tratamento e rejeição de efluentes no Concelho de Carrazeda de Ansiães. A 22 de Julho de 2001 deu-se início ao Período de Funcionamento da Concessão.

São afetos à Concessão os seguintes bens, nela se integrando para os devidos e legais efeitos:

- a) Todas as Infra-estruturas, Instalações, Equipamentos e quaisquer outros bens afetos à Exploração dos Sistemas Concessionados;
- b) Todas as máquinas, equipamentos, aparelhos e respetivos acessórios, utilizados na exploração, manutenção e gestão dos sistemas, incluindo os necessários às operações de controle de qualidade;
- c) Todos os imóveis adquiridos pela Concessionária e por esta utilizados na sua atividade;
- d) Todos os direitos de propriedade intelectual e industrial de que a Concessionária seja titular e que estejam afetos à Concessão;
- e) Quaisquer outros bens afetos à Concessão, desde que diretamente relacionados com a exploração dos Sistemas Concessionados.

O contrato de concessão prevê na clausula 14.º as condições de equilíbrio económico-financeira nomeadamente "Modificação unilateral, pela Concedente, das obrigações da Concessionária desde que, em resultado da mesma, se verifique para esta um aumento significativo de custos ou uma perda relevante de receitas" sendo a compensação efetuada pelas seguintes formas:



APS
60

8

- a) Compensação diretas a cargo da entidade Concedente;
- b) Prorrogação do prazo da Concessão;
- c) Alteração da tarifa de venda de água e/ou de saneamento;
- d) Qualquer outra solução que venha a ser acordada entre as partes.

O Município e a Concessionária encontram-se, a esta data, a equacionar cenários para a resolução do desequilíbrio económico-financeiro da Concessão.

O Contabilista Certificado

Cláudia Alexandra Almeida Alves
Cláudia Alexandra Almeida Alves

O Conselho de Administração

Altino Barbosa Conceição
Altino Barbosa Conceição

Ana Rita Santos
Ana Rita Santos

Pedro Miguel P. T. Correia Pires
Pedro Miguel P. T. Correia Pires

